

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2016

DENOMINAÇÃO Liga dos Amigos do Hospital Geral de Santo António

MORADA Rua D. Manuel II – Edf. Ex - CICAP

N. **ANDAR** **LOCALIDADE** Porto

FREGUESIA Miragaia

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4050 - 345

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

LIGA AMIGOS HOSPITAL SANTO ANTONIO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501293310

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 379,89	270,04
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	374,19	212,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 754,08	482,21
Ativo corrente			
Inventários	6	2 173,22	3 919,48
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.9	791,79	549,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	12 500,00	15 000,00
Diferimentos	11.4	1 727,84	1 829,93
Outros ativos correntes	11.3	107 479,63	107 365,21
Caixa e depósitos bancários	11.6	50 290,22	47 555,65
		174 962,70	176 220,21
Total do ativo		176 716,78	176 702,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	55 549,89	55 549,89
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.7	104 203,97	94 373,69
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	2 500,00	0,00
		162 253,86	149 923,58
Resultado líquido do período		-3 369,73	9 830,28
Total dos fundos patrimoniais		158 884,13	159 753,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	2 541,11	2 690,37
Estado e outros entes públicos	11.9	1 827,97	2 284,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11.4	3 677,38	3 428,03
Outros passivos correntes	11.5	9 786,19	8 545,75
		17 832,65	16 948,56
Total do passivo		17 832,65	16 948,56
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		176 716,78	176 702,42

A Direcção

O responsável

LIGA AMIGOS HOSPITAL SANTO ANTONIO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte 501293310

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 016	2 015
Vendas e serviços prestados	7	70 890,72	77 721,59
Subsídios, doações e legados à exploração	11.11	58 449,78	61 813,74
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	32 252,30	30 000,32
Fornecimentos e serviços externos	11.12	20 068,81	22 717,09
Gastos com o pessoal	9	63 349,38	59 605,02
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	11.10	114,39	323,03
Outros rendimentos	11.13	14 852,32	16 353,76
Outros gastos	11.14	31 198,44	33 034,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 561,72	10 855,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	307,82	293,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2 869,54	10 561,25
De financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-2 869,54	10 561,25
Imposto sobre o rendimento do período	8	500,19	730,97
Resultado líquido do período		-3 369,73	9 830,28

A Direcção

O responsável

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Apoio Social	Lojinha	Alimentação Entérica	PERÍODOS	
					2016	2015
Vendas e serviços prestados	7	32 446,49	21 914,83	16 529,40	70 890,72	77 721,59
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 e 9	-59 044,65	-21 151,68	-15 405,35	-95 601,68	-89 605,34
Resultado Bruto		-26 598,16	763,15	1 124,05	-24 710,96	-11 883,75
Outros rendimentos	7, 11.11 e 11.13	72 972,93	671,10	0,00	73 644,03	79 052,90
Transportes de mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	11.12 e 5	-20 254,60	-55,15	-103,88	-20 413,63	-23 011,08
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	11.14 e 11.10	-31 371,58	-8,70	-8,70	-31 388,98	-33 596,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5 251,41	1 370,40	1 011,47	-2 869,54	10 561,25
Juros suportados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-5 251,41	1 370,40	1 011,47	-2 869,54	10 561,25
Imposto estimado para o período		0,00	287,78	212,41	500,19	730,97
Resultado líquido do período		-5 251,41	1 082,62	799,06	-3 369,73	9 830,28

A Direcção

O responsável

LIGA AMIGOS HOSPITAL SANTO ANTONIO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		78 106,01	81 437,98
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		74 248,03	78 643,10
Pagamentos ao pessoal		47 268,15	42 707,64
Caixa gerada pelas operações		-43 410,17	-39 912,76
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-1 132,79	-5 072,59
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-44 542,96	-44 985,35
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		46 694,53	49 389,16
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		46 694,53	49 389,16
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 151,57	4 403,81
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		47 555,65	43 003,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		50 290,22	47 555,65

A Direcção

O Responsável

LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GERAL DE SANTO ANTÓNIO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Inventários	10
7	Rédito.....	10
8	Imposto sobre o Rendimento	11
9	Benefícios dos empregados	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações	11
11.1	Investimentos Financeiros	12
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12
11.3	Outros ativos correntes	12
11.4	Diferimentos	12
11.5	Outros passivos correntes	13
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	13
11.7	Fundos Patrimoniais	13
11.8	Fornecedores.....	13
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	14
11.10	Aumentos/reduções de justo valor	14
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	14
11.12	Fornecimentos e serviços externos	14
11.13	Outros rendimentos.....	15
11.14	Outros gastos e perdas	15
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A Liga dos Amigos do Hospital Geral de Santo António é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº150 de 1de Julho de 1977.

Tem sede na Rua D. Manuel II – Edif. Ex. CICAP, freguesia de Miragaia, no concelho do Porto.

Tem como principais objetivos participar, como órgão consultivo, na definição das grandes orientações da política de saúde no hospital, colaborar com todas as pessoas singulares ou coletivas, com vista ao máximo aproveitamento de todas as potencialidades para o melhoramento da saúde, colaborar nas mais diversas iniciativas da comunidade e ou das suas instituições que se dirijam à promoção cultural e bem-estar do doente e colaboração ativa no serviço social do hospital, tanto no acolhimento como o internamento, tanto na assistência domiciliar e ambulatória, como na integração social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se

encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

No entanto o nº3 do referido artigo menciona que: “a isenção prevista no nº 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade

pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no nº3 do artº 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do nº 5 do artº 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e as taxas previstas no artº 88.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Equipamento Básico	91 727,75				91 727,75
Equipamento Administrativo	99 880,23	1 417,67			101 297,90
Outros Activos Fixos Tangíveis	15 424,44				15 424,44
Activo Tangível Bruto	207 032,42	1 417,67	0,00	0,00	208 450,09
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	91 457,71	122,80			91 580,51
Equipamento Administrativo	99 880,23	185,02			100 065,25
Outros Activos Fixos Tangíveis	15 424,44	0,00			15 424,44
Depreciações Acumuladas	206 762,38	307,82	0,00	0,00	207 070,20
Activo Tangível Líquido	270,04	1 109,85	0,00	0,00	1 379,89

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Mercadorias	2 173,22	3 919,48
Total	2 173,22	3 919,48

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2016	2015
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	3 919,48	2 802,61
Compras	31 380,12	31 269,87
Devolução Compras	837,08	152,68
Regularizações	37,00	0,00
Saldo Final	2 173,22	3 919,48
Gastos do Período	32 252,30	30 000,32

7 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Vendas	38 444,23	38 046,47
Mercadorias	38 444,23	38 046,47
Prestação de Serviços	32 446,49	39 675,12
Quotas e Jóias	32 446,49	39 675,12
Vendas e serviços prestados	70 890,72	77 721,59
Outros Rendimentos e Ganhos	14 852,32	16 353,76
Eventos/ Angariação de Fundos	14 852,32	16 353,76
Aumentos justo valor	341,93	885,40
Intrumentos finaceiros	341,93	885,40
Total	86 084,97	94 960,75

8 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 730,97€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	31-12-2015
IRC Liquidado	500,19	730,97
Total	500,19	730,97

9 Benefícios dos empregados

Em 2016 e 2015 são cinco os membros que compõem o órgão diretivo.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2016 foi de 7 e no exercício de 2015 foi de 6.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	53 103,48	49 846,49
Encargos sobre as Remunerações	9 802,05	9 176,35
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	443,85	582,18
Total	63 349,38	59 605,02

Trabalho Voluntário prestado no exercício de 2016

Funções Desempenhadas	Nº de Pessoas	Total Horas
Voluntários	260	32650

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros investimentos Financeiros		
FCT	374,19	212,17
Total	374,19	212,17

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Activo		
Quotas	12 500,00	15 000,00
Total	12 500,00	15 000,00
Passivo		
Total	0,00	0,00

11.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Outros instrumentos financeiros	106 784,23	106 669,81
BPI	106 784,23	106 669,81
Outras Contas a Receber	695,40	695,40
Outros	695,40	695,40
Total	107 479,63	107 365,21

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguro Acidentes Trabalho	378,57	479,27
Seguros Outros	1 349,27	1 350,66
Total	1 727,84	1 829,93
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	2 328,11	2 077,37
Seguro - Donativo	1 349,27	1 350,66
Total	3 677,38	3 428,03

11.5 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Credores por Acréscimo de Gastos	8 558,42	8 527,45
Remunerações a Liquidar	8 474,84	8 354,57
Outras despesas diferidas	83,58	172,88
Outros Credores	1 227,77	18,30
Outros Credores	1 227,77	18,30
Total	9 786,19	8 545,75

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	10 657,69	10 985,52
Depósitos à Ordem	39 632,53	36 570,13
Total	50 290,22	47 555,65

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	55 549,89			55 549,89
Resultados Transitados	94 373,69	9 830,28	0,00	104 203,97
Doações	0,00	2 500,00		2 500,00
Total	149 923,58	12 330,28	0,00	162 253,86

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c		
Fornecedores	2 541,11	2 690,37
Total	2 541,11	2 690,37

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
IVA - a recuperar	791,79	549,94
Total	791,79	549,94
Passivo		
IRC - Estimado	500,19	730,97
Retenções na Fonte - IRS	73,00	82,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado	316,95	405,72
Segurança Social	922,34	1 050,60
FCT e FGCT	15,49	15,12
Total	1 827,97	2 284,41

11.10 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Aumentos por reduções de justo valor	227,51	885,40
Em instrumentos financeiros - BPI	227,51	885,40
Perdas por reduções de justo valor	341,93	562,37
Em instrumentos financeiros - BPI	341,93	562,37
Total	-114,42	323,03

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

Descrição	2016	2015
Doações e heranças - Donativos	58 449,78	61 813,74
Total	58 449,78	61 813,74

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	5 194,33	6 069,98
Materiais	3 675,17	4 716,59
Deslocações e estadas	0,00	236,75
Serviços diversos	11 199,31	11 693,77
Total	20 068,81	22 717,09

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Outros Rendimentos		
Rendimentos Suplementares	14 852,32	16 353,76
Total	14 852,32	16 353,76

11.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros Gastos	31 198,44	33 034,42
Impostos	2,96	6,15
Perdas em inventários	37,00	0,00
Apoio Social/Humanização	30 332,86	32 359,01
Outros	825,62	669,26
Total	31 198,44	33 034,42

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

As instalações são cedidas pelo hospital, não tendo a instituição qualquer encargo com as mesmas.

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

A Direcção